CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2094/73

PARECER CEE N° 2396/73

Aprovado por Deliberação
em 12/11/73

INTERESSADA: Maria Regina Duarte

ASSUNTO : Regularização de vida escolar.

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATORA : Conselheira Maria da Imaculada Leme Monteiro

HISTÓRICO: Maria Regina Duarte cursou no Instituto de Educação "Fernão Dias Pais", na Capital, a 1ª e 2ª séries do antigo curso ginásial, respectivamente em 1970 e 1971.

Na 2ª série foi reprovada em Matemática e Iniciação à Ciência.

O progenitor da aluna transferiu-a para o Ginásio "Luciano Maia", onde, após aulas de recuperação e exames em que foi considerada apta, matriculou-se na 7ª série do 1º grau.

Até 12/1/72 o Ginásio "Luciano Maia" estava sob inspeção federal. Nessa data passou para a jurisdição da 3ª DESN. Não houve consulta prévia, nem comunicação posterior sobre os atos praticados pela Escola.

O Sr. Inspetor, em sua 2ª visita ao Ginásio "Luciano Maia", em 17/5/72, conforme informações prestadas à citada Delegacia (fls. 13), verificando os prontuários dos alunos, constatou a irregularidade; indeferiu o requerimento de matrícula (ainda sem despacho da Diretoria) e procedeu ao cancelamento da matrícula, uma vez que nenhum dispositivo, quer regimental, quer legal, autorizava sua concretização".

Na mesma visita, solicitou ao Prof. Hélio Alberto Botelho Maia, que respondia pelo expediente na qualidade de diretor técnico, entrasse em contato com o progenitor da aluna para colocá-lo a par da situação, recomendando que a aluna fosse encaminhada à 6ª série do 1º grau.

Foi informado, nessa visita, sobre o referido processo de recuperação de estudos durante os meses de janeiro e fevereiro, com fundamento no art. 8º, § 2º da Lei N° 5692/71.

Não havendo relação alguma entre o parágrafo citado e o caso em questão, manteve sua decisão de considerar cancelada a matrícula.

Passado um mês, a 16/6/72 deu entrada na sede da 8ª DESN o requerimento que abriu o presente processo, dirigido à Exa. Sra. Secretária da Educação, pelo progenitor da aluna, solicitando fosse revogado o indeferimento da matrícula, julgando que nenhum estabelecimento de ensino, em pleno funcionamento, possa agir sem saber se está ou não agindo com amparo da Lei ou reforma do ensino".

Relata os passos dados para certificar-se da ilegalidade da matrícula. Informou-se junto ao Sr. Inspetor e ao Delegado de Ensino, ao Conselho Estadual de Educação, e voltou ao Ginásio "Luciano Maia", concluindo "ter havido um desencontro de opiniões a respeito do assunto, em total prejuízo da aluna, pois o prazo decorrido para tal indeferimento, fez com que a mesma realizasse provas e sabatinas, obtendo ótimas notas, além do que o seu retorno para a 6ª série criará um condição de inferioridade, advindo um certo trauma na jovem...."

Como se pode constatar pela documentação que instrui o processo (e que não relatamos para não tornar demasiado longo o histórico), houve uma série de diligências para conseguir as providências necessárias de forma a corrigir, a tempo, a irregularidade.

Percorrendo diversas secções, a 20/10/72 o processo ainda se achava em diligência.

O estabelecimento, por outra parte, com pretextos sucessivos, foi retardando a solução do caso.

A 16/4/73 foi comunicado ao DREGSP que o Ginásio "Luciano Maia" encerrara suas atividades ao final de 1972, transferindo todos os seus alunos para outros estabelecimentos.

Maria Regina Duarte matriculou-se na 8ª série do Colégio Estadual "José Lins do Rego", nesta Capital e está frequentando normalmente as aulas.

Através de novas diligências, foram anexadas ao processo cópia da guia de transferência expedida pelo Ginásio "Luciano Maia", e copia da ficha de aproveitamento e frequência da aluna no 1º bimestre do corrente ano (esta última sem assinatura alguma).

APRECIÇÃO:

Trata-se de caso complexo que, apesar de toda a documentação que foi por nós examinada, deixa ainda várias interrogações.

Não há dúvida de que o Ginásio "Luciano Maia" não podia ter efetuado a matrícula.

Os estudos de recuperação devem ser proporcionados, nos termos do § 1º do artigo 11; do § 2º e da alínea "C" do § 3º do artigo 14 da Lei N° 5692/71 (e não do artigo, digo, do § 2º do artigo 8º), pelo próprio estabelecimento que o aluno frequentou durante o ano letivo.

Reza o artigo 16 da citada Lei: "Caberá aos estabelecimentos expedir os certificados de conclusão de série..."

E obvio que se refere ao estabelecimento em que o aluno estudou, mesmo porque só ele, que acompanhou todo o processo da aprendizagem, poderá orientar os estudos de recuperação e decidir sobre a expedição do certificado.

A Indicação CEE N° 1/72, (aprovada em 3/1/72), item 6, trata especificamente do sistema de recuperação.

Ainda, o Ginásio deveria ter entregue seu novo regimento, conforme prazo estabelecido, o que não fez.

Na guia de transferência que consta da documentação:

- Não há assinatura do inspetor;
- A observação que figura abaixo:

"Esta aluna foi submetida a Recuperação nas disciplinas de "Matemática e Ciências no ano letivo de 1971, conforme dispõe o Regimento Interno, em consonância com o artigo 8º, §2º da Lei 5692/de 11/8/71", não está assinada nem datada;

- Não constam os resultados dos estudos, testes e exames realizados pela Escola, figurando na ficha somente as notas obtidas no estabelecimento que frequentou em 1971: Matemática: 3,7; Ciências: 2,9;

- Não houve comunicação alguma acompanhando a guia de transferência, que indicasse a situação problemática em que a aluna se encontrava;

- No carimbo colocado na ficha lê-se: "Ginásio Luciano Maia Sistema de Ensino Estadual. 1972. Autorização para funcionamento. Portaria nº 272 de 26/50. Colégio Comercial Rui Barbosa e Ginásio Luciano Maia Entidade Civil - São Paulo."

O funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 272 de 26/50. Refere-se ao Ginásio Luciano Maia, ou ao Colégio Comercial Rui Barbosa, ou aos dois? Não houve reconhecimento?

- No espaço reservado ao "nome do estabelecimento" está datilografado: Instituto de Educação Estadual "Fernão Dias Pais".

A Escola que recebeu a aluna transferida, diante dessa guia apresentada, deveria ter exigido os esclarecimentos necessários antes de proceder à matrícula.

Pelos resultados que figuram na ficha fornecida pelo Colégio Estadual "José Lins do Rego", a aluna está acompanhando bem a 8ª série.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, considerando o tempo decorrido a partir da primeira irregularidade, as circunstâncias que levaram o caso a uma situação pedagogicamente irreversível e o atual aproveitamento da aluna nos estudos, somos de parecer que se possa convalidar a matrícula da aluna na 7ª série do 1º grau, assim como todos os atos escolares subsequentes por ela praticados.

Deverá, no entanto, submeter-se a exames especiais de Matemática e Ciências, a nível de 6ª série do 1º grau, ficando a expedição do certificado de conclusão do 1º grau dependente da aprovação em tais exames.

Outrossim, deverá ser providenciada a regularização do documento expedido pelo extinto Ginásio "Luciano Maia", uma vez que continua a funcionar o Colégio Comercial Rui Barbosa, da mesma entidade mantenedora.

São Paulo, 5 de outubro de 1973.

a) Conselheira Maria da Imaculada Leme Monteiro - Relatora

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto da nobre Conselheira, estando presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Eloysio R. da Silva e Therezinha Fram.

Sessão realizada em 10 de outubro de 1973.

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar-Presidente

Aprovado por unanimidade na 525ª Sessão Plenária,
hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de novembro de 1975.

a) José Borges dos Santos Júnior - Presidente